

Pintar quanto antes: a exploração criativa da ação conveniente no *atelier* de pintura do Pisão¹

Paint as soon as possible: creative exploration of convenient action in the Pisão painting studio

José Manuel Resende

Universidade de Évora, Évora, Portugal

José Maria Carvalho

Universidade de Évora, Évora, Portugal

RESUMO

No decurso de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em contexto de institucionalização devido a patologias do foro psiquiátrico, pudemos constatar que a prática artística, nomeadamente a pintura, desempenha um papel importante no processo de capacitação para a autonomia dos residentes internados. Com efeito, a tendência das políticas públicas das últimas décadas tem privilegiado o regime de envolvimento em plano junto das populações mais vulneráveis. Assim sendo, caberá aos técnicos profissionais identificar o grau e natureza da dependência em causa e atuar em conformidade, visando a autonomização destas. Partindo do caso de um pintor abstrato, Leopoldo, e recorrendo a algumas anotações de Diário de Campo, ensaia-se uma análise pragmaticamente inspirada acerca da variedade de envoltimentos presentes nas situações em que a atividade da pintura se desenvolve. O caso de Leopoldo mostrará que, contrariamente ao gesto de pintar, no qual revela autonomia, há inquietações e dificuldades, antes e após a pintura, em torno da utilização dos materiais necessários, que pertencem à instituição. A coexistência, transições e articulações entre esses vários envoltimentos na experiência pictórica é o leitmotiv do texto que se segue.

Palavras-chave: Pintura, Institucionalização, Ação, Autonomia.

¹ O texto está redigido em português de Portugal (PT). Os dados selecionados foram coletados no âmbito da bolsa de doutoramento 2020.07755.BD, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Recebido em 10 de maio de 2021.
Avaliador A: 11 de maio de 2021.
Avaliador B: 04 de junho de 2021.
Aceito em 22 de junho de 2021.



ABSTRACT

In the course of an ethnographic research carried out in the context of institutionalization due to psychiatric disorders, we found that artistic practice, namely painting, plays an important role in the process of training for the autonomy of hospitalized residents. In effect, the trend of public policies of the last decades has favored the regime of involvement in a plan with the most vulnerable populations. Therefore, it will be up to the professional technicians to identify the degree and nature of the dependency in question and act accordingly, aiming at their autonomy. Starting from the case of an abstract painter, Leopoldo, and using some notes from the field diary, a pragmatically inspired analysis is rehearsed about the variety of involvement in action present in the situations in which the activity of painting develops. Leopoldo's case will show that, contrary to the gesture of painting, where he reveals autonomy, there are concerns and difficulties, before and after painting, around the use of the necessary materials, which belong to the institution. The coexistence, transitions and articulations between these various involvement in the pictorial experience is the leitmotiv of the text that follows.

Keywords: Painting, Institutionalization, Action, Autonomy.

O PISÃO: DO ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL ÀS PROMESSAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARA A AUTONOMIA DESEJADA

Em uma investigação ainda em curso², o pesquisador, durante as suas observações no *atelier* de pintura, tem estado a acompanhar de perto as atividades pictóricas de um dos residentes da instituição Centro de Apoio Social do Pisão (CASP). Leopoldo é nome atribuído a uma das pessoas com quem o observador tem estado em contacto com maior frequência. Este não é o

² A reflexão exposta neste artigo resulta de dados recolhidos no âmbito de um projeto de doutoramento em Sociologia, apostado em compreender a experiência criativa artística e as suas modalidades de (re)subjetivação junto de populações portadoras de vulnerabilidades várias em contexto institucional. O projeto ainda se encontra em curso, pelo que as leituras analíticas dispostas devem ter isso mesmo em conta, não podendo ser tomadas como resultados finais. Alerta-se o leitor que este artigo reproduz cenas do Diário de Campo (DC) já referidas em um artigo anterior que se encontra em apreciação pelos pareceristas. Não obstante a utilização dos mesmos dados, a entrada analítica que preside a redação do texto é completamente distinta daquela mencionada no artigo anterior. No texto garante-se o anonimato dos participantes do estudo, nomeadamente pelo emprego de nomes fictícios. Nota ainda de agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), entidade financiadora da pesquisa; ao CASP, instituição que a acolhe; e aos seus residentes e funcionários que nos acolheram com hospitalidade ímpar.

único residente na instituição, e a pesquisa não se centra exclusivamente nas atividades desta pessoa. Contudo, a seleção dos residentes tem estado a ser presidida por critérios metodológicos que convém desde já deslindar, para que o leitor entenda as razões desta opção.³

O Pisão é uma instituição de apoio social localizada em um concelho da área metropolitana de Lisboa. Este Centro de Apoio Social é uma das instituições ligadas à Santa Casa da Misericórdia, irmandade católica fundada no final do século XV, e que teve desde o início da sua fundação uma vocação de apoio aos mais necessitados, isto é, às populações em situação de pobreza, de abandono, de carência em diversas esferas. Ao longo da sua extensa história, as orientações políticas têm vindo a sofrer alterações profundas decorrentes das transformações das orientações das políticas públicas do domínio social. É o que acontece hoje em Portugal. Num apoio social a diversos setores populacionais — da infância à velhice —, a instituição também tem dado atenção ao apoio a populações portadoras de doença mental, como é o caso do Pisão.

Fazendo parte do Instituto de Segurança Social, a sua gestão tem sido outorgada à Santa Casa da Misericórdia. No caso do CASP, a intervenção social é exercida no acolhimento residencial de adultos masculinos e femininos com patologia psiquiátrica, mas cuja situação social e de saúde requerem cuidados que as famílias destes utentes não têm tido condições de garantir.

Dando seguimento às novas políticas públicas de cariz gestor que abraçam hoje as orientações normativas da esfera social do Estado (CANTELLI; GENARD, 2007; PATTARONI, 2007; BREVIGLIERI, 2012; FELDER *et al.*, 2020; THÉVENOT, 2001), o CASP abriga no seu interior pessoas também categorizadas como clientes (BREVIGLIERI; PATTARONI; STAVO-DEBAUGE, 2003). Neste sentido, a sua clientela paga um serviço que o centro presta às suas famílias, desde que estas tenham possibilidade para o fazer.

Sujeito a avaliações periódicas, o serviço que o centro presta é estabelecido por meio contratual, que é sustentado por um plano terapêutico individual que respeita sempre o grau de gravidade das patologias medicamente identificadas nos doentes (BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE, 2006; THÉVENOT, 2010). A variabilidade do estado de saúde mental é a medida indicada e certificada que permite ou não, da parte dos técnicos de serviço social, o

³ A escolha da figura de Leopoldo prende-se com o facto de ser dos residentes com maior autonomia, como à frente no texto voltaremos a mencionar. Essa autonomia de onde são transferidas responsabilizações várias em outros setores de atividade do Pisão faz com que a instituição aponte Leopoldo como ator com capacitações que outros residentes não conseguem expressar. Ora, o nosso interesse reside justamente em compreender o seu trabalho de (re)subjetivação num ambiente específico onde se dedica a exercitar atividades criativas artísticas, neste caso, a pintura.

desenvolvimento de atividades ocupacionais destinadas a exercitar no cliente a autonomia que lhe possibilite sair do centro e assumir socialmente uma vida independente, logo que este dê provas das suas capacidades para o efeito (EYRAUD, 2006).

Neste sentido, os técnicos de serviço social e outros intervenientes integrantes do CASP lidam diariamente com pessoas que expressam pelas suas ações graus diversos de dependência. É tendo em atenção a natureza gradativa da doença psiquiátrica que a instituição oferece um plano individualizado de atividades ocupacionais adequadas a cada um dos seus clientes (PATTARONI, 2006).

Para responder adequadamente à multiplicidade de desafios impostos pelos estados de enfermidade dos doentes residentes na instituição, o CASP compromete-se a dar resposta social proporcionada a cada um através de um protocolo assinado com o Instituto de Segurança Social, dando seguimento a um acordo de cooperação assinado em 2008 com a mesma instância estatal. Nesse protocolo, o Pisão responsabiliza-se a cuidar dos seus clientes mediante o estabelecimento de diversos objetivos, entre os quais se destacam, por um lado, garantir o tratamento da doença, no sentido de estabilizar o seu quadro clínico, reajustando-o de acordo com a sua evolução, e do outro lado, ir trabalhando a autonomia de cada um dos residentes, através de planos de intervenção individual, com o propósito de fazer realçar as potencialidades das suas capacitações. Ora, a revelação destas capacitações não é garantida por si só, uma vez que a sua manifestação está sempre dependente da progressão do quadro clínico e, por isso, a fiabilidade do seu cumprimento é depositada num tempo futuro, sempre incerto e indeterminado (RESENDE, 2001; (BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE, 2006; BREVIGLIERI, 2008; THÉVENOT, 2010).

O foco na exercitação da autonomização da pessoa internada, sem deixar de fazer um acompanhamento de perto relativamente à evolução da doença de que é portador, faz com que os técnicos sigam as determinações das orientações das políticas públicas seguidas hoje pela grande maioria dos Estados europeus. No âmbito daquilo que Genard e Cantelli (2010) denominam como *Sociologia Política das Competências*, estas diretrizes ensaiam pôr em prática aquilo que Genard designa como uma *orientação conjuntiva* dos objetivos e metas das políticas públicas em vastos domínios da esfera social (GENARD, 2007; GENARD; CANTELLI, 2008).

Na verdade, se por um lado há um *investimento na forma*⁴ (THÉVENOT, 1986)

4 Pela expressão “investimento na forma”, familiar no seio dos paradigmas sociológicos pragmatistas, entende-se o trabalho de articulação e constituição de equivalências entre elementos heterogêneos levado a cabo pelos atores na coordenação do curso da ação em situação e face a problemas concretos. Normas, códigos e qualificações resultam desse trabalho e servem para estabilizar e dotar de consistência as situações.

da pessoa doente de modo a que esta supere a dependência inerente aos transtornos que a debilitam, de um outro lado, as formas investidas nessa pessoa não deixam de estar sujeitas a um controlo ou a uma vigilância continuada com o propósito de observar e medir até onde é possível exercitar a referida autonomização do ser. De acordo com as provas dadas por cada pessoa nestas circunstâncias, assim se reajusta o plano de intervenção construído e aprovado na instituição (PATTARONI, 2005, 2007).

A ser bem-sucedido este trabalho, ao mesmo tempo no plano clínico e no plano social, com o tempo a pessoa categorizada ou qualificada pelo seu grau de dependência vai adquirindo um outro estatuto que a pode habilitar a sair um dia da instituição (EYRAUD, 2006). Esse é, aliás, um outro propósito definido pela instituição do Pisão, uma vez que a intervenção técnica não descarta a hipótese de um destes residentes poder um dia inserir-se profissionalmente na comunidade. Ora, outorgar-se essa inclusão para lá dos muros da instituição significa o culminar de exercícios diversos que tiveram como resultado a plenitude da autonomização da pessoa enferma.

Neste sentido, mantendo-se a par das limitações que as doenças de raiz psiquiátrica trazem aos seus enfermos residentes, os vários técnicos de intervenção social investem em múltiplos exercícios corpóreos com vista a dotar estas pessoas de graus de autonomia variáveis. Há, neste sentido, intervenções pedagógicas variadas, uma vez que treinar as capacitações, ou melhor, levar a sério as manifestações expressivas das habilitações capacitantes pelas ações, leva a que os técnicos de intervenção social estejam atentos às demonstrações das suas vontades e das suas intenções em agir de acordo com as regras normativas estabelecidas institucionalmente. É a partir das provas⁵ dadas nestes domínios, incluindo aqui tanto as regras convencionadas como as regras não expressas ou implícitas, que os técnicos podem observar como cada um dos residentes explora as suas competências e os seus poderes, quer através dos jogos de linguagens, quer através das suas ressignificações atuantes, quer ainda através das suas performances corporais (BREVIGLIERI, 2014, 2015, 2017).

É o que tem acontecido com Leopoldo, que, por essa razão, tem sido seguido com mais acuidade nas observações no campo, uma vez que as técnicas assinalam que é um dos residentes

⁵ Tradução do francês “épreuve”, conceito central na literatura sociológica pragmatista, que visa sublinhar os momentos de incerteza e indeterminação, inerentes a qualquer situação, e os procedimentos e dispositivos de que os atores lançam mão para testar o estado de coisas, para experimentar a ordem de grandezas e os formatos de qualificação vigentes, e, no limite, revisá-los e modifica-los. Em uma controvérsia pública as provas acompanham as fundamentações quer de quem acusa, quer de quem é acusado injustamente. Tais provas assentam em critérios elevados na sua generalidade, e, por isso, afastam-se das justificações singularizadas. A sua credibilidade pública requer o respeito pela ordem hierárquica e pela humanidade comum.

que está em condições de assumir maior autonomia nas suas ações. E é justamente nessa singularidade que o corpo desta pessoa tem sido *cuidado* na instituição, uma vez que lhe vão dando outras responsabilidades mais alargadas, para além das atividades que exerce no âmbito do plano das atividades ocupacionais definidas para si (THÉVENOT, 2000, 2006, 2012).

É neste sentido que as técnicas de intervenção têm ensaiado o desenvolvimento de um regime de envolvimento em plano⁶ em prol da aquisição de competências, visando ganhos de autonomia. Pô-lo a exercitar este formato de ações torna possível estimar as suas potencialidades habilitantes, uma vez que aparentemente são as maneiras particulares mais convenientes para os exercícios dos modos de coordenação consigo próprio. Ora, as conveniências ajustadas aos seus modos de agir no quadro deste formato torna admissível, de um lado, trazer à cena promessas que são adjacentes ao plano que este parece estar em condições de ir traçando, mas, de um outro lado, tais compromissos ainda não representam a sua autonomização plena, uma vez que as ajudas recíprocas são sempre acionadas se as suas demandas forem nesse sentido (MAUSS, 1997; THÉVENOT, 2000).

O desiderato exposto institucionalmente à pessoa de Leopoldo traz para o centro das ações públicas nas amplas esferas sociais — como é o caso do Pisão — as turbulências entre as passagens das relações curtas de pessoa a pessoa e as relações com espessuras temporais mais longas que se manifestam nas instituições. Esses desassossegos, por vezes desalinhamentos relacionais com incidências que se podem revelar nos modos de agir, já assinalados por Thévenot (2012) a partir das leituras feitas às obras de Ricoeur, são ingredientes que não se podem descartar da análise sociológica quando o foco são as ações exercidas por atores que se encontram em circunstâncias semelhantes àquelas com que se confronta diariamente Leopoldo no Pisão.

Na verdade, investir institucionalmente em exercícios diversos com vista à aquisição de modos de agir autónomos em pessoas vulneráveis como Leopoldo é pôr a nu os problemas complexos que estão ligados aos modos de agir em público, uma vez que os ganhos de autonomia conquistados e provados visam o cumprimento da promessa da pessoa um dia ser considerada como habilitada a estar no mundo sem os suportes permanentes das ações de cariz mutualista a que se pode socorrer enquanto está sob a proteção institucional. Se colmatar eventuais relações de maior frieza resultantes das exposições corpóreas num mundo com outros desafios, distintos

⁶ O regime de envolvimento em plano é um dos três principais regimes de ação identificados por Thévenot. Partindo do princípio que é a ação, mais do que o ator, que é em si mesma plural, embora participante na manufatura de um comum e na coordenação da ação, o regime de envolvimento em plano permite pensar simultaneamente um modo específico de lidar com o mundo, com o outro e consigo mesmo. No caso, trata-se de uma relação modelada pela forma contratual e na pressuposição da autonomia dos autores na formação da sua vontade.

daqueles com que Leopoldo se depara no Pisão, é uma aspiração legítima de quem está a preparar os residentes para essas hipóteses, e até mesmo oportunidades que se venham a colocar no futuro, já nas suas realizações concretas as suas análises não podem deixar de contar com outros elementos analíticos que importa tecer mesmo que sumariamente.

Com efeito, fazer-se ao mundo que o rodeia ou ligar-se a mundos desconhecidos, em face de uma reclusão temporalmente acentuada levanta outros questionamentos sobre as limitações das antropologias e sociologias pragmatistas, que tendem a esquecer problemas associados às exigências capacitantes de pessoas que se manifestam pela sua corporalidade como frágeis e vulneráveis. Uma vez que o teor interpretativo do pragmatismo, que analisa os problemas públicos, assenta habitualmente a sua examinação na centralidade da *participação*, que aparece sempre entrelaçada com a exploração problemática das experiências públicas, o questionamento sobre os seus termos tem de ser ponderado, de maneira a sinalizar os seus dilemas analíticos.

Neste sentido, não é de somenos adiantar o questionamento produzido por Marc Breviglieri (2012) a este propósito, quando o sociólogo aponta o dedo para o facto de muitos destes atores manifestarem sensíveis perdas de *garantia íntima de poder*, sinal que o leva a discutir quer os limites de uma antropologia capacitante, quer os limites de como essa antropologia se encontra presente em muitas das vocações emancipadoras que são trazidas pelas ações públicas, como aquelas que são trabalhadas no Pisão. Na verdade, nada obsta a possibilidade de equacionar hipóteses, por exemplo, sobre o estado de humor como sinal de perda de ânimo, ou de melancolia prolongada a que Leopoldo ou outra pessoa no Pisão possam estar sujeitas, para se poder pensar em perdas da sua individualidade, ou mesmo nas limitações que estes estados possam causar no reconhecimento das suas capacidades resultantes das relações recíprocas entre uns e outros (MOTA; FREIRE, 2001).

As perdas íntimas de estes atores se poderem mostrar a outros como capazes de agir dão mostras das dificuldades ou dos problemas de exposição a um terceiro, particularmente quando este *outro* não é nomeado como alguém conhecido, que faça parte da sua *entourage* habitual. A conjugação de encontros com terceiros desconhecidos não evita, como até acentua frequentemente, as dificuldades que sentem em expressar gestos de imputação ou de atestação de si, que são qualidades que impõem graus de responsabilização, mesmo que num carácter mais subjetivante (RESENDE; CARVALHO, 2021a, 2021b).

Os problemas advindos de um manuseamento adequado da gramática da responsabilidade (GENARD, 1999), a que não são alheias as ações públicas emanadas das políticas que convencionam os laços contratuais próximos da grandeza mercantil, como acontece no Pisão, aos quais se acrescentam as atribuições de responsabilidade no respeito da individualidade, da

privacidade do outro, constituem-se, entre outros, como desafios a que estas pessoas podem não estar à altura do seu integral cumprimento (BREVIGLIERI, 2012). Basta um eventual esquecimento da toma dos medicamentos prescritos para que as ações habituais decorrentes da normalidade choquem com atos que expressam naturezas patológicas, ou, não o sendo assim classificadas, são excessivas e, por isso, conducentes a tumultos com complicados ou difíceis acertos. Sem estarem dotados da segurança mínima de que são capazes de provar as suas capacitações, fica fragilizada a confiança que depositam sobre si, e essa debilidade não deixa de se projetar nas relações com um outro, como se fosse consigo mesmo (QUÉRÉ, 2006; BREVIGLIERI, 2012, 2017).

NA HABITAÇÃO DE UM ESPAÇO COM BERBICACHOS: AS INQUIETAÇÕES DE LEOPOLDO À BOCA DA CENA: OS CENÁRIOS DISTRIBUÍDOS NO ESPAÇO

O ato de pintar como atividade criativa ocorre em uma sala no Pisão que não é exclusiva para esta atividade. Isto significa que na sala onde Leopoldo se encontra a exercitar as suas criações abstratas coabitam outras pessoas que se dedicam à pintura ou a outras atividades manuais.

Por outro lado, o espaço destinado a estas atividades ocupacionais polivalentes não é sempre o mesmo. De acordo com as finalidades estabelecidas pelo plano organizacional da instituição, assim se planeia a escolha da sala destinada às atividades ocupacionais, onde está incluída a atividade de pintura. Por outras palavras, não só o ambiente para estas atividades é polivalente, como muda de acordo com circunstâncias que não estão sob controlo dos atores residentes, clientes da instituição. As circunstâncias aqui enunciadas não são totalmente despidiendas para o plano analítico, uma vez que o Pisão não dispõe de um *atelier* exclusivo para a pintura, de um lado, e o ambiente reservado a estas atividades pode alterar-se ao longo do tempo, o que dificulta a habituação ao espaço da parte de quem os habita quando estão ali ocupados a trabalhar, de outro lado (DEWEY, 1928).

Na verdade, as mudanças de sala não são tudo. A estas alterações acrescentam-se as transformações que se operam no desenho interior de cada uma delas.

Neste sentido, os traçados da sala, que aqui se esboçam o mais fielmente possível, são parte integrante da sala onde as ações que se reportam no texto acabam por acontecer. Ora, as

modificações dos desenhos interiores aqui assinaladas, ao que acresce a natureza polivalente dos seus usos, não deixam de ter repercussões na maneira como os residentes se ligam ao ambiente das salas de trabalho (MAUSS, 1997).

Apesar de tudo, convém então desenhar a arquitetura interior da sala onde as observações aqui relatadas acontecem e que estão incluídas no Diário de Campo (DC). Assim, ao entrar-se na sala, que é retangular, há um espaço com mesas de trabalhos oficinais mais perto da porta. Por detrás destas mesas encontram-se outras destinadas à pintura. As paredes do lado direito da sala e a que dá para a entrada deste espaço têm janelas. De uma destas janelas é possível observar a área de convívio, que fica à esquerda, logo que se entra na sala. Esta área tem um biombo que delimita as suas fronteiras relativamente ao espaço dos monitores.

Na pequena sala de estar há um sofá e painéis onde se expõem os trabalhos. Na área reservada aos monitores existem secretárias e armários. A separação entre a sala de estar e o espaço dos monitores tem uma dupla consequência. Mantém a reserva de quem está no canto da sala a conviver — a designada sala de estar — em relação aos técnicos que monitorizam as atividades que ali ocorrem diariamente. Do outro lado, a área de trabalho dos monitores escapa ao olhar alheio advindo do lado da sala de estar. Isto significa que quem supervisiona e apoia os que ali trabalham têm um espaço próprio que os resguarda dos demais.

Quem entra na sala encontra na parede longa do seu lado esquerdo armários e trabalhos expostos. O mesmo acontece na parede do lado direito. Ao fundo da sala, do lado direito, há armários de arrumos e zona com trabalhos expostos. Na parede do fundo da sala estão os banheiros e um lavatório destinado a limpar os objetos usados nas atividades ocupacionais, em particular os objetos usados nas atividades de pintura, nomeadamente os pincéis e as paletas.

Pincelados em traços largos no espaço interior da sala, faz sentido assinalar que os trabalhos concluídos, ou pelo menos alguns, estão expostos quer ao olhar dos seus criadores, quer ao olhar dos técnicos e de quem lá entra, mas que não lá está diariamente. Importa sinalizar os trabalhos criados pelos residentes porque interferem muitas vezes nas ações que ali se desenrolam, quer entre os criadores, quer entre cada um deles, os monitores e o próprio observador. Se estes objetos afetam as transações das ações entre quem cria, quem apoia ou quem observa, a estes é importante destacar outros que se encontram distribuídos no espaço e que intercedem nas suas capacidades cognitivas (THÉVENOT, 1990, 1993, 1995, 2007). De entre muitos deles, destacam-se os objetos que se encontram no fundo da sala. Sobrelevam-se particularmente os objetos que se encontram no espaço dos arrumos e aqueles que estão no espaço do lavatório.

Fazer sobressair a importância do interior do espaço e dos objetos que ali se encontram

organizados parece coisa de somenos. Na verdade, a sociologia portuguesa tem dado pouca importância a dados como estes, nomeadamente quando o objeto de atenção são os modos de agir dos atores, quer nas suas ligações ao meio ambiente circundante, quer nas suas aproximações e afastamentos aos outros que contam, de um lado, e aos outros desconhecidos, de um outro lado (RESENDE; GOUVEIA, 2014). Atribuir-lhes esse lado secundário, ou mesmo atirá-los para os bastidores das cenas, omitindo o seu desenho, no caso dos espaços, ou desconsiderando a presença dos objetos nesse espaço, são gestos que importa rever, justamente pela sua importância analítica quando o observador adentra nos territórios onde as ações captadas acontecem diariamente.

No caso presente, a sua importância é destacada em função das rotinas que o seu uso frequente torna possível num espaço que, não sendo sempre o mesmo, pode contribuir para reduzir os ganhos da economia emocional, como destaca Marc Breviglieri (2004) num texto dedicado às perspetivas sobre as rotinas no trabalho. Comungando os seus alertas, contamos com as rotinas destes atores, em particular com os atos rotineiros praticados por Leopoldo no espaço descrito e com os objetos associados à atividade da pintura.

A habituação que a rotina proporciona diariamente transporta para os modos de envolvimento dos atores com o ambiente e os seus objetos um bem que com frequência nos esquecemos de mencionar em contextos como estes, que, qualificados como ocupacionais, nada mais são que espaços de labuta. São lides que os residentes são convocados a exercitar com frequência, sejam quais forem as suas artes e, nessa constância, Leopoldo e os seus colegas são levados a usar gestos e atos de rotina que lhes conferem um certo sentimento de alívio, um conforto que lhes é propício nos seus modos de habitar o espaço, mesmo quando não se sentem completamente seguros (WEID, 2019).

Por outras palavras, sem a aquisição das rotinas proporcionadas por estes trabalhos acentuar-se-iam ainda mais os desconfortos que a mudança de sala pode eventualmente suscitar entre os seus utilizadores. Por mais relativas que sejam as comodidades garantidas pelas rotinas, estas têm parte decisiva nos modos de *habitar*⁷ os espaços, incluindo os contextos de trabalho.

Mais do que atos repetitivos e costumeiros, as rotinas têm um lugar enigmático nas formas de coordenação da ação, uma vez que as ações situadas são as maneiras de agir que se destacam das narrativas recolhidas pela observação no campo. Sendo ações localizadas, às rotinas tornam-se possíveis atribuições dinâmicas, com naturezas exteriorizáveis, que permitem

7 Por “habitar” não se significa a mera presença num espaço físico, mas, como lembre Breviglieri (2006), um modo particular de estar e relacionar com um lugar, o familiar, no qual se dá azo a práticas habituais onde o corpo e o espaço formam um diagrama único.

indagar e explorar justamente o lado indeterminado destas ações e das suas modalidades de coordenação.

Até que ponto as solicitações que as rotinas trazem ao dia a dia destes atores em contexto de trabalho são ou não são, por cada um, convocadas para resolver e ultrapassar problemas que acontecem habitualmente? Eis um questionamento que nos vai acompanhar mais à frente. Importa agora salientar é que os atos rotineiros localizados só asseguram a garantia mínima de acomodação adequada ao espaço se a sua habitabilidade lhes for assegurada na *singularidade* de cada um destes atores. Ora, isto significa que a padronização dos usos dos objetos no espaço, assim como um dado formato de ligação com o ambiente circundante, retira das rotinas as potencialidades confortantes que estas permitem aos seus usuários. E gestos e atos de resistência podem advir, nomeadamente quando não lhes é permitida a transferência das rotinas na sequencialidade das suas ações.

OS ATOS EM CENA: LEOPOLDO NA SALA DE PINTURA

Tratado o contexto, passamos agora às cenas. Nem todas interessam assinalar nesta reflexão. Escolhemos as situações em que Leopoldo destaca nos seus modos de agir o envolvimento consigo próprio, correlacionados com ações subseqüentes em que este dá valor acrescido à sua relação com a monitora que dinamiza a sessão. Relevam-se as ações com a monitora porque algumas das experiências que este revela em situação dão conta de problemas, e estes dão origem a dúvidas que valem a pena assinalar em face da sua relevância para a análise.

A pertinência é ainda maior porque Leopoldo é um dos residentes a quem os monitores e outros técnicos deferem maior autonomia, atribuindo-lhe por esta razão responsabilizações correspondentes (PATTARONI, 2007). Certificado como ser autónomo e responsável, aparentando postura familiarizada com a sala das atividades ocupacionais, não mostrando gestos de estranheza, quer em relação aos objetos distribuídos naquele território, quer em relação à monitora que o acompanha, algumas das dúvidas levantadas elevam a nossa curiosidade.

Na verdade, esta atividade ocorre habitualmente a seguir ao almoço. A chegada ao local dos trabalhos não segue qualquer ordem predefinida. Os residentes vão chegando com ritmos próprios apesar de ser dada importância, quer à pontualidade, quer à presença. Estas atividades têm um cariz terapêutico e, por isso, a instituição, pela mão das monitoras, regula as presenças

em sala, procurando as razões para quem falte a cada uma das sessões realizadas. Não fora estas atividades serem organizadas com um fito institucional específico, e a sua ocorrência não mais seria do que ocupação de tempo. Ora, não é isso que sucede porque tanto a presença como as atividades têm um cunho *pedagógico*: trabalhar com cada um segundo o seu plano. Servem para que as supervisoras apurem gestos, olhares, emoções, posturas corporais, elementos que têm de constar na corporalidade de quem se promete, com gradações diversas, a possibilidade de um dia vir a incluir na comunidade política que se encontra fora dos muros da instituição. Por isso, mesmo que haja alguma tolerância tendo em conta a natureza da população acolhida, as monitoras, auxiliares e outros técnicos têm de atuar para garantir o cumprimento de regras instituídas para estes espaços e tempos.

No entanto, e apesar de uma certa regularidade, estas atividades não se encontram adstritas a um calendário e horário rígidos e, por vezes, há alterações que se prendem com as dificuldades logísticas da instituição, ou por eventuais falhas dos técnicos e de outros atores que auxiliam na organização e realização destas tarefas. Contudo, com ou sem modificações estas atividades ocupacionais funcionam no Pisão, o que tem permitido registar alguns curtos acontecimentos situados que convém agora descrever. Tomemos para começar este registo do DC:

Um dos residentes recém-chegados à sessão, Leopoldo, dirige-se ao seu lugar, onde os seus materiais de trabalho (paleta, caixa com os tubos de tinta, tela, pincéis) se encontram organizados especificamente para si. Mal se senta, com a tela em branco à sua frente, questiona a monitora se é ele que coloca as tintas na paleta. Neste processo, acabo por intervir, perguntando-lhe se vai iniciar uma tela nova. Ele responde-me que sim. Acrescenta ainda que, na sua pintura, «não parte de nenhuma imagem», que se trata de «pintura abstrata», que «demora cerca de 2 a 3 horas a terminar» cada tela e que já expôs os seus trabalhos, alguns dos quais, inclusive, foram vendidos. (DC, 22/5/2020).

Convém reafirmar que Leopoldo reconhece o espaço da sala logo que entra nela. Identifica sem dificuldade onde se localizam as mesas de pintura. Dirige-se de imediato para o local onde habitualmente trabalha a sua pintura. E reconhece igualmente que, naquele espaço, coabitam outras atividades ocupacionais de cariz manual, mas que não estão ligadas às atividades criativas de natureza pictórica. Nas pausas a meio da jornada de trabalho, ou quando interrompe o trabalho para se deslocar ao banheiro, não dá mostras de embaraço, e menos ainda se nota qualquer gesto ou qualquer semblante no rosto que nos dê conhecimento de haver nele algum desconforto resultante de uma obstrução sensorial ou motora.

Neste sentido, tudo indicaria que o ator não manifestasse qualquer tipo de questionamento no momento em que está a iniciar esta atividade. Como revela o registo, após a entrada na sala,

Leopoldo dirige-se à sua mesa de trabalho e encontra nela os objetos de que necessita para principiar a sua labuta. Tem a paleta, tem os tubos com as tintas, tem a tela e os pincéis. E não mostra inquietação naquilo que vai pintar, mesmo perante uma tela em branco. Inicia qualquer pintura sem tempo estabelecido previamente para imaginar o que quer pintar. Não há imagens predefinidas na sua cabeça. É com a funcionalidade dos materiais, isto é, com os pincéis nas mãos e as tintas escolhidas colocadas na paleta que a criatividade começa a fazer-se sentir na tela. E a imaginação que alimenta a criatividade parece não ter fim à vista como veremos mais à frente.

Não obstante o conforto que parece indiciar, mal se senta para pintar, há qualquer coisa que o incomoda, e que lhe suscita dúvida, que lhe inquieta o início do manuseamento da mão para começar a pintar (DE BLIC, 2008; STAVO-DEBAUGE 2012a, b). Perante a paleta vazia, sem as tintas, Leopoldo parece afligir-se porque não sabe o que fazer. Está tudo ao alcance da sua mão. Os materiais estão dispostos na mesa de trabalho de acordo com o que parece ser seu hábito, então qual é o problema que aflige Leopoldo? (BREVIGLIERI, 2009).

Duas semanas após este primeiro registo no DC, o observador dá conta de uma mesma situação, repetindo-se as mesmas dúvidas que já antes Leopoldo levantara e que tinham gerado algum espanto:

Nesta sessão, Leopoldo propõe-se a dar seguimento à tela iniciada quinze dias antes, a 22/5. Pede ajuda com as tintas à monitora, para começar: onde estão os tubos de tinta? Como colocar a tinta na paleta? Que quantidade? E o diluente, onde se encontra? São todas questões em que, ainda antes de começar a pintar, Leopoldo requer o auxílio orientador da monitora, preferindo esperar (por vezes alguns minutos, quando a monitora se encontra a prestar apoio a outros residentes presentes na sessão) a resolver por sua iniciativa, logo também por sua conta e risco, estas questões logísticas/práticas. Em tendo estas questões resolvidas, inicia a continuação da tela. Pergunto-lhe se lhe é fácil ou se tem dificuldade em continuar o trabalho passado duas semanas. Ele responde que não, que «não lhe custa nada», parecendo-me, embora sem certeza, que a própria questão lhe apareceu, de certo modo, desprovida de sentido. (DC, 5/6/2020).

O que atrás é mostrado parece não ser um mero incidente de percurso. As ações repetem-se. Parece não haver dúvidas que o manuseamento das tintas e a sua colocação na paleta provoca em Leopoldo um dado bloqueio (BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE, 2007) no seu modo de envolvimento com aqueles materiais já dispostos pela monitora na sua mesa de trabalho. Como é assinalado no segundo registo do DC aqui exposto, Leopoldo prefere esperar os minutos que forem necessários pela monitora do que tomar a iniciativa para botar as tintas na paleta, fazer as misturas que entende na altura fazer, usar ou não o diluente de modo a que tudo fique preparado para o início do seu trabalho. E o mais curioso é que não denota qualquer dificuldade

em retomar o trabalho deixado em aberto quinze dias antes. Por que é que lhe custa usar os materiais sem os quais a sua aplicação, através dos pincéis, não haveria a arte de pintar um quadro que aprecia fazer sem esforços adicionais e que lhe dá prazer?

O que se observa nestes momentos são ausências de *agenciamentos*⁸. Aqueles momentos iniciais obstroem os seus envolvimentos com os usos de objetos que lhes são familiares e próximos. A posterior ineficácia de acoplamento entre si e estes objetos dificulta a coordenação consigo próprio a partir deste envolvimento situado (WEID, 2015).

Para então ensaiar a compreensão das ausências de agenciamentos que impedem o início dos atos de pintura, potencia-se a deslocação analítica para as complexas relações entre a confiança e os seus momentos (OGIEN; QUÉRÉ, 2006), sem pôr de lado as interseções dos momentos da confiança com as rotinizações experienciadas no local de trabalho (BREVIGLIERI, 2004). A estas inflexões, aqui sugeridas como modulações analíticas, temos de considerar as transações em que Leopoldo se envolve entre o plano de intervenção ocupacional, em que as atividades artísticas pictóricas são o seu nervo central, e um outro tipo de envolvimento, em que a monitora investe com particular incidência e insistência, que é transformar o seu ambiente de trabalho no mais familiar possível, de modo a que este o afete positivamente, isto é, que este lado exterior influencie afirmativamente a totalidade corpórea deste ator (THÉVENOT, 2000, 2007, 2014).

O que se observa com regularidade é que as aspirações depositadas pela monitora neste domínio parecem fracassar. Leopoldo mostra-se dependente desta, uma vez que, sem o seu apoio, o pintor não inicia a pintura na tela.

Isto significa que o ambiente que lhe parece ser familiar não lhe é suficientemente próximo (THÉVENOT, 2014, 2017) para que este assuma a iniciativa de usar as tintas que mais lhe convêm nos momentos em que principia o seu trabalho, nem tampouco maneje o diluente para as misturar de modo a buscar a tonalidade da cor que pretende passar para a tela. O que parece acontecer é que, no seu agenciamento com o envolvimento naquele meio circundante, não há, naquele momento, “um acoplamento que regula a distribuição das operações entre o agente e as coisas do seu ambiente para produzir uma mudança” (QUÉRÉ, 2006, p. 128).

Leopoldo sente-se incapaz de realizar estas atividades e, por isso, o seu envolvimento nesta situação concreta é passivo, contrastando com outros envolvimentos ligados a outras

⁸ O conceito de agenciamento, contrariamente ao mais comum de “agência”, visa descentrar o poder de agir do ser humano, para o distribuir pelos vários e heterogêneos elementos convocados, problematizando a ação a partir das relações que esses elementos estabelecem entre si. E os agenciamentos podem ser ativos ou passivos, tal como acontece com as experiências e experimentações definidas por Dewey (2007).

situações em que a dinâmica é ativa, como acontece quando ultrapassado o bloqueio e este inicia a pintura. As propriedades singulares desta situação não se mostram adequadas à sua realização porque, ao contrário do esperado, o agenciamento ativo fica tolhido, paralisa o seu envolvimento e, em certo sentido, decepciona as expectativas da monitora.

Há, por estas razões, uma incompletude na efetivação das ações de envolvimento em plano a que Leopoldo tem de se sujeitar nestes exercícios. Na verdade, como afirma Thévenot (2000), nas transições entre regimes de envolvimento da ação plurais, que têm assumido o seu predomínio nas sociedades modernas, com particular incidência na contemporaneidade, as garantias que reatualizam a orientação realista destas ações em Leopoldo não estão, por um lado, completamente asseguradas por si e, do outro lado, este não parece mostrar-se capaz de fazer uma revisão sobre as razões que o impedem a sentir-se confortável em ações como estas, que são rotineiras. As intenções de voltar a visar o que não resultou antes parece não fazer parte da semântica da sua ação (RICOEUR, 1977). Nem é uma questão de estar ou não estar ciente da ausência dessa intenção. Não faz menção disso e, por isso, aparentemente, esta falha de normalidade não o apoquentam. Como não sabe o que fazer, mais não faz do que esperar pela disponibilidade da monitora para o ajudar a desbloquear o problema. Por outras palavras, a inexistência de agenciamento, o envolvimento passivo, as dificuldades de ligar os equipamentos fundamentais para a pintura se efetivar, nada disto faz catapultar nele o desejo de refletir, no momento ou posteriormente, por que razão se dá esta inação (QUÉRÉ, 2006). Tudo aponta que, naquele momento, os gestos que se esfraldam do seu corpo visando o manejo daqueles materiais não são acionados. Esta técnica do corpo, como refere Mauss (1997), não é produzida, apesar de a conhecer e reconhecer como fazer.

Ressalvadas estas questões, nota-se que a associação do regime de envolvimento em plano com normalidade da ação dá indicações que não é, nestes momentos, bem-sucedida. De facto, Leopoldo sente-se perdido, confuso, e este desnorte faz sobressair a natureza não funcional da realização desta ação, que lhe parece não se moldar à sua corporalidade (BREVIGLIERI, 2008, 2009). Para ele, esta ação não é tão normal como outras ações subsequentes, que são por si retomadas sem qualquer temor, receio ou inquietude. No momento anterior é tudo distinto. É o entorpecimento corpóreo que toma conta de si. Nada lhe é afim de se fazer, isto é, as afinidades com aqueles gestos não se fazem sentir.

Esta inação paradoxal, estimando-a por comparação com outras de sinal contrário, também parece não convergir com a inexistência de bens qualificados na sua mais elevada generalidade. Se o ambiente circundante tende a não afetar o bloqueamento do agenciamento que impede Leopoldo de colocar as tintas na paleta, e misturá-las ou não com a mediação da tinta

diluyente, tudo isto acontece em uma sala de uma instituição, onde os arrumos dos materiais são da responsabilidade das monitoras e auxiliares, e não de cada um dos residentes — atribuições que podiam ter sido dadas a cada um deles de acordo com a autonomização comprovada, isto é, certificada e aferida por quem de direito. A familiarização a que se refere a monitora não resulta de arranjos criados pelo próprio Leopoldo. Este não está autorizado para o efeito. Todas as ações de familiarização com os objetos não deixam de estar sujeitas a uma avaliação exterior, a quem compete, em último lugar, autorizar ou não o modo como os materiais são no final arrumados. E estes devem ficar arrumados segundo regras e normas padronizadas, uma vez que, não estando presente Leopoldo em uma das atividades de pintura, os tubos com as tintas, a paleta, o diluyente e os pincéis têm de estar operacionais, por isso limpos e devidamente arrumados como ditam as regras da casa.

Sem essa afetação estandardizada no espaço devido, seja qual fosse a sala atribuída para esse fim, outras monitoras e outros residentes estariam em palpos de aranha, desconhecendo o local onde tais materiais deviam estar e não estão. E mesmo que viessem com tempo perdido à sua procura, estes poderiam não estar guardados com aprumo, isto é, devidamente limpos e prontos para usar. Talvez o receio de não se sentir capaz de os arrumar como deve ser no final do trabalho seja uma retroação equivalente àquilo que acontece no início das ações que o levam à pintura abstrata, designação que ele atribui aos seus quadros. Tal como está registado no DC, na sessão a 12 de junho, Leopoldo manifesta preocupação de não conseguir terminar a sua pintura a horas, tal como fizera uma semana antes. Apesar de ter sido sossegado pela monitora, que o informa que dispõe de tempo até às 16h, vê-se ao longo da sessão confrontado com a correria do tempo e do seu descontrolo. Assim:

[Depois de uma fase final de sessão semelhante à anterior, numa corrida contra o tempo], Leopoldo, já muito pressionado pela monitora relativamente ao fim da sessão, diz que a tela está concluída, ainda antes de efetivamente a concluir. Até concluí-la efetivamente, diz à monitora: «entreguei o meu máximo, doutora. Deu muito trabalho. Mesmo que não fique bonito, ficou a ideia». Assim que termina realmente a tela, isto é, de pintar, Leopoldo pergunta como deve fazer para lavar a paleta e o restante material, mostrando-se, se bem que descomprimido, desnorteado, sem saber o que fazer, perdido. Acabando a tela, dá a sensação de querer libertar-se o mais rapidamente possível do atelier. (DC, 12/6/2020).

CHEGADOS AO FIM: O DESENLACE AINDA EM TRÂNSITO

Como temos afincado das observações realizadas na sala destinada a trabalhos

manuseados com a mão, as posturas de Leopoldo destacam-se pelo seu lado paradoxal. Nos múltiplos momentos e situações registadas, as suas posturas corporais mostram-se relaxadas e os seus agenciamentos envolventes fluem sem dar indício a problemas, inquietações ou dúvidas sistemáticas (BREVIGLIERI, 2006).

Regularmente é o inverso que parece acontecer. Nas conversas havidas com outros atores em cena, como acontece quando técnicos da instituição aparecem de surpresa, ou em bate-papo com o observador que o tem acompanhado, Leopoldo intervém sobre aquilo que está a fazer demonstrando interesse e prazer.

A 12 de junho de 2020, no mesmo dia em que manifesta o desconforto quando está a terminar aceleradamente a sua pintura, Leopoldo não deixa passar em claro a presença de uma outra funcionária da instituição. De soslaio apercebe-se que ela lá está, sem contudo deixar a tela de pousio.

Continua a pintar como se nada de estranho estivesse a suceder. Não se atrapalha com a chegada da senhora. Quando esta se aproxima da sua mesa, responde com normalidade à pergunta se o seu trabalho corre de feição. Responde que sim, e sem tirar os olhos da tela, aponta para uma outra que se encontra encostada a uma parede e informa-a que aquela pintura também é resultado do seu trabalho.

Em todas as formas de envolvimento observadas e que resultam de múltiplas cenas consecutivas e situadas, Leopoldo apresenta-se confiante e confortável. As exposições a que se submete frequentemente quando o seu trabalho é referido, ou quando o referente da conversa são as suas pinturas, para além de as escutar com compostura, mantém o mesmo porte quando a iniciativa dos curtos diálogos parte dele para um outro que esteja a interagir com ele no momento da prosa.

Não balbucia, não hesita naquilo que quer saber, ou quando indaga, por exemplo, sobre a qualidade do seu trabalho, ou quando receia que as tonalidades das cores são fortes em demasia. A seu modo qualifica o sentido estético que pretende impor aos traços que faz na tela e não deixa o seu interlocutor com dúvida em relação ao modo como pretende enquadrar a sua obra. Qualifica-se sem pestanejar, sem manifestar a menor hesitação, que é um pintor de pinturas abstratas, e assegura que alguns dos seus quadros já foram expostos e vendidos.

Se nestes agenciamentos ativos Leopoldo engatilha as ligações necessárias entre o seu corpo e os artefactos que povoam a sala ou se encontram em cima da mesa prontos para serem usados, a mesma distribuição cognitiva não ocorre quando o artífice das artes de pintura é convocado a usar os tubos com tinta, escolher as cores, colocá-las a seu bel-prazer na paleta, misturá-las como bem entender, para depois servir-se dessas misturas para iniciar o seu quadro

na tela em branco (QUÉRÉ, 2006).

O agenciamento após sentar-se à sua mesa, ato que faz sem embaraço, é que não consegue ativar. Solicita apoio imediato à monitora. Mas é curioso verificar que não transfere esse pedido ao observador que se encontra a seu lado, o que representa o reconhecimento das regras institucionalizadas.

Respeita a hierarquia ordenada verticalmente sem a menor dúvida e, quando se dirige à monitora, trata-a segundo as normas estatuídas, chamando-a não pelo nome pessoal, mas por doutora. Ora, todas estas manifestações de uma autonomia comprovadas e assumidas com responsabilidade aparecem bloqueadas quer no agenciamento inicial, quer no agenciamento final, quando a monitora lhe pede para limpar os materiais usados, deixando-os arrumados segundo as regras estabelecidas.

Não obstante a natureza preliminar da incursão analítica aqui proposta, todos os gestos saídos da corporalidade de Leopoldo, expressos quando interage consigo próprio e com outros — os que fazem parte da instituição e os que ali estão de passagem, como é o caso do pesquisador —, as modalidades de coordenação das suas ações, na maioria das vezes, se resultam de agenciamentos ativos, e esta propriedade não é a única que tem de ser ressaltada. O que acontece é aquilo que se espera que aconteça, da parte de Leopoldo, uma vez que este, sendo residente, tem com a instituição uma relação contratualizada e, por isso, é seu cliente (THÉVENOT, 2000, 2006). Como tal, está sujeito à normatividade que regula a grandeza mercantil (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), agindo em conformidade com os seus interesses e retirando o proveito do seu trabalho reproduzido nas telas.

Na verdade, dos artefactos expostos na sala, e que estão arrumados em cima da mesa, o único objeto que é seu com toda a propriedade é a tela em branco, que, fruto do seu trabalho, dará origem a um quadro. A pintura retratada no quadro é propriedade sua, o que o regozija, uma vez que parece ser a seus olhos apreciada pelos outros, que lhe estão próximos, e os compradores, que são outros elevados na sua generalidade. Daí o prazer insano que tem em *pintar quanto antes*, que tem sido, desde os primeiros contatos, o seu lema para consigo e para com os outros. E aí de alguém que o proíba de fazer o que ele ama fazer: pintar! Esta é a sua atividade de eleição, isto é, confere-lhe toda a afinidade como sucede a qualquer lugar-comum (THÉVENOT, 2014).

Leopoldo possui estas provas em resultado da sua experiência neste pequeno mundo mercantil da produção e venda de quadros que são sua propriedade com pleno direito. Os restantes materiais não lhe pertencem por direito. Nem a própria mesa de trabalho é sua, uma vez que é bancada de trabalho de outros residentes como ele e, por isso, está ali para ser utilizada

por qualquer um da casa.

Assim, o alheamento motivado pelo entorpecimento do seu corpo, quer quando inicia o trabalho, quer quando o termina, cria-lhe insegurança porque receia não os usar de acordo com as regras normalizadas pela instituição. Os tubos com as tintas, a paleta, o diluente e outros materiais que povoam aquele espaço são propriedade da instituição e, de acordo com o contrato estabelecido com cada um, esta tem a obrigação de os fornecer aos seus usuários.

A passagem dos materiais comprados e arrumados pelos funcionários do Pisão para serem usados pelos residentes quando estão a experienciar as terapias ocupacionais não autoriza os seus utilizadores à sua tomada como posse de uma propriedade conferida pelo seu uso naqueles momentos. Leopoldo parece indicar, pelos seus gestos atrapalhados, que está ciente desta regra. Para si, aqueles objetos não são seus, não habitam o espaço como seus, mesmo quando estão em cima da mesa, dispostos segundo uma ordem que, assegura a monitora, lhe é familiar.

Nem as transações mercantis movidas pela venda dos seus quadros o autorizam a comprar os materiais para a sua pintura e destinados a serem usados por si e por mais ninguém. Aqui reside a incompletude do regime de envolvimento de ação por proximidade, uma vez que, tal como qualquer outro residente, Leopoldo está sujeito ao sistema de equivalência que o Pisão impõe a todos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). O à-vontade que a familiaridade tece e proporciona quando a proximidade é habitada por seres singulares, que molda o espaço e os objetos a seu gosto, não existe, nem na sala, nem à mesa (THÉVENOT, 2006; BREVIGLIERI, 2006).

Apesar de lhe terem sido atribuídas mais responsabilidades por ter dado provas de autonomia garantida, não obstante ter já vendido quadros que renderam um determinado montante, os efeitos destas ações não proporcionam mudanças de estatuto ou outras que pudesse eventualmente esperar. Daí os embaraços, as atrapalhações, os acanhamentos, em suma, a indiferença corpórea quando no início e no fim das experiências terapêuticas o agenciamento dinâmico não é operado como expectável por todos, mas em particular pela monitora que o acompanha nas sessões.

Não é despiciendo notar que a não vontade de atuar é quase sempre escoltada com as dúvidas sobre as tonalidades, quase sempre fortes, das misturas das cores. Estas suas incertezas talvez sejam artimanhas para provar o seu desejo de não manifestar o seu à-vontade naqueles dois momentos. Estas são, provavelmente, algumas das habilitações trazidas pelas rotinas naquele contexto terapêutico, e que as usa nestas performances de expressividade acanhada e titubeante (BREVIGLIERI, 2007, 2004).

REFERÊNCIAS

1. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la Justification. Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
2. BREVIGLIERI, Marc. Habiter l'espace de travail. Perspectives sur la routine. **Histoire & Société Revue européenne d'histoire sociale**, n. 9, p. 18-29, 2004.
3. BREVIGLIERI, Marc. L « épuisement capacitaire » du sans-abri comme urgence?: approche phénoménologique du soin engagé dans l'aide sociale (gestes, rythmes et tonalités d'humeur). In FELIX, C., TARDIF, J. (ed.). **Actes Éducatifs et de Soins, Entre Éthique et Governance: Actes du Colloque International**, Nice, 4-5 junho 2009.
4. BREVIGLIERI, Marc. L'enfant des villes: considérations sur la place du jeu et la créativité de l'architecte face à la ville garantie. **Ambiances** [en ligne] Enjeux-Arguments-Positions, mis en ligne le 20 avril 2015.
5. BREVIGLIERI, Marc. L'espace habité que réclame l'assurance intime de pouvoir : un essai d'approfondissement sociologique de l'anthropologie capacitaire de Paul Ricoeur. **Études ricoeuriennes**, v. 3, n. 1, p. 34-52, 2012.
6. BREVIGLIERI, Marc. L'intranquillité du voisin. Étude sur la potentialisation de la dispute en régime libéral. **La Revue Rhizome** , n. 27, p. 15-19, 2007.
7. BREVIGLIERI, Marc. La vie publique de l'enfant. **Participations: revue de sciences sociales sur la démocratie et la citoyenneté**, n. 2, p. 97-123, 2014.
8. BREVIGLIERI, Marc. Le «corps empêché» de l'usager (mutisme, fièvre, épuisement). Aux limites d'une politique du consentement informé dans le travail social». In: PAYET, Jean-Paul, GIULIANI, Frédérique, LAFORGUE, Denis. **La voix des acteurs faibles. De l'indignité à la reconnaissance**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p. 215-229.
9. BREVIGLIERI, Marc. Pensar a dignidade sem falar de linguagem da capacidade em agir: uma discussão crítica sobre o pragmatismo sociológico e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Terceiro Milênio, Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 6, n. 3, p. 11-34, 2017.
10. BREVIGLIERI, Marc. Penser l'habiter, estimer l'habitabilité. **Tracés**, n. 23, p. 9-14, 2006.
11. CANTELLI, Fabrizio; GENARD, Jean-Louis. **Action publique et subjectivité**. Paris: Librairie Générale et Jurisprudence, col. Droit et Société (vol. 45), 2007.
12. DE BLIC, Damien. De la Fédération des mutilés du travail à la Fédération nationale des accidentés du travail et des handicapés. Une longue mobilisation pour une « juste et

- légitime réparation » des accidents du travail et des maladies professionnelles. **Revue Française des Affaires Sociales**, n. 2-3, p. 119-140, 2008.
13. DEWEY, John. **Democracia e Educação**. Lisboa: Didática Editora, 2007.
 14. DEWEY, John. **Human nature and conduct. An introduction to Social Psychology**. New York: Henry Holt and Company, 1928. EYRAUD, Benoît. Quelle autonomie pour les « incapables » majeurs ? Déshospitalisation psychiatrique et mise en tutelle. **Politix Revue des Sciences sociales du politique**, v. 73, p. 109-135, 2006.
 15. FELDER, Maxime; STAVO-DEBAUGE, Joan; PATTARONI, Luca; TROSSAT, Marie; DREVON, Guillaume. Between Hospitality and Inhospitality: The Janus-Faced'Arrival Infrastructure'. **Urban Planning**, v. 5, n. 3, p. 55-66, 2020.
 16. GENARD Jean-Louis. **La grammaire de la responsabilité**. Paris: Humanités, 1999.
 17. GENARD Jean-Louis. Capacités et capacitation: une nouvelle orientation des politiques publiques?. *In*: CANTELLI, Fabrizio, Jean-Louis GENARD. **Action publique et subjectivité**, Paris: L.G.D.J, n. 46, p 41-64, 2007.
 18. GENARD Jean-Louis; CANTELLI, Fabrizio. Êtres capables et compétents: lecture anthropologique et pistes pragmatiques. **SociologieS**, mis en ligne le 27 avril 2008.
 19. GENARD, Jean-Louis; CANTELLI, Fabrizio. Pour une sociologie politique des compétences. **Politiques Sociales**, v. 1, n. 1-2, p. 103-120, 2010.
 20. MAUSS, Marcel. **Sociologie et anthropologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
 21. MOTA, Fábio Reis; FREIRE, Leticia de Luna. O direito de ter ou não direitos: a dimensão moral do reconhecimento na promoção da cidadania. **Contemporânea**, n. 1, p. 127-145, 2011.
 22. OGIEN, Albert, QUÉRÉ, Louis. **Les moments de la confiance. Connaissance, affects et engagements**. Paris: Economica, 2006.
 23. PATTARONI, Luca. Le care est-il institutionnalisable? Quand la politique du care é moussse son éthique. **Raisons Pratiques**, n. 16, 2006.
 24. PATTARONI, Luca. Le sujet en l'individu: La promesse d'autonomie du travail social au risque d'une colonisation par le proche. *In*: CANTELLI, Fabrizio, GENARD, Jean-Louis. **Action publique et subjectivité**, Paris: LGDJ, col. Droit et Société (vol. 45), 2007.
 25. QUÉRÉ, Louis. Confiance et engagement. *In*: OGIEN, Albert, QUÉRÉ, Louis (dir.). **Les moments de la confiance. Connaissance, affects et engagements**, Paris: Economica (Coll. « Études sociologiques »), 2006.

26. RESENDE, José Manuel, CARVALHO, José Maria. Transitar no habitar e habitar transitando: nos rastros da experiência criativa de um pintor abstrato residente no Pisão. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 487-512, 2021a
27. RESENDE, José Manuel, CARVALHO, José Maria. Travessias de seres (in)capacitantes: os casos do HIV e da doença mental. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 14, n. 1, 2021b.
28. RESENDE, José Manuel, GOUVEIA, Luis. A sociabilidade escolar à prova do reconhecimento no regime da philia: o (in) aceitável do insulto moral na relação entre pares, in Simoni Lahud Guedes e Tatiana Arnaud Cipiniuk (org.). **Abordagens etnográficas sobre educação - Adentrando os muros das escolas**, Niterói, FAPERJ/ Editora Alternativa, 2014.
29. RESENDE, José Manuel. Individualidade, denúncia e modernidade: o sentido de justiça de um professor com a identidade magoada – o caso singular de uma denúncia pública no Estado Novo, **Forum Sociológico** n. 5-6, p. 101-127, 2001.
30. RICOUEUR, Paul. Le discours de l'action. In: TIFFENEAU, Dorien. **La sémantique de l'action**, Paris: Ed. du CNRS, p. 3-136, 1977.
31. STAVO-DEBAUGE, Joan. Des 'événements' difficiles à *encaisser*. Un pragmatisme pessimiste. In: CEFAL, Daniel, TERZI, Cédric (dir.). **L'expérience des problèmes publics**, Paris: Éditions de l'EHESS (*Raisons pratiques*, 22), p. 191-224, 2012b.
32. STAVO-DEBAUGE, Joan. L'(in)expérience des victimes. In: COUTET, Catherine, GOLLAC, Michel (dir.). **Risques du travail, la santé négociée**, Paris: La Découverte, 2012a.
33. THÉVENOT, Laurent. 'Des liens du proche aux lieux du public': retour sur un programme franco-russe pionnier. **Revue d'Études Comparatives Est-Ouest**, v. 48, n. 3-4, p. 45-93, 2017.
34. THÉVENOT, Laurent. Des institutions en personne. Une sociologie pragmatique en dialogue avec Paul Ricœur. **Ricœur studies / Études ricœuriennes**, v. 3, n. 1, p.11-33, 2012.
35. THÉVENOT, Laurent. Essai sur les objets usuels: propriétés, fonctions, usages. In: CONEIN, Bernard, DODIER, Nicolas, THEVENOT, Laurent (eds.). **Les objets dans l'action**, Paris: Ed. de l'EHESS, 1993. p. 85-111.
36. THÉVENOT, Laurent. Individualités entre émancipation, pouvoir et oppression. Deux extensions de la critique. In: CORCUFF, Philippe, LE BART, Christian, DE SINGLY, François (dir.). **L'individu aujourd'hui**, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p.289-300, 2010.
37. THÉVENOT, Laurent. L'action comme engagement. In: BARBIER, Jean-Marie, CLOT, Yves, OLGA, Galatanu, MICHEL, Legrand, LEPLAT, Jacques, MAILEBOUIS,

- Madeleine, PETIT, Jean-Luc, QUÉRÉ, Louis, THEVENOT, Laurent, VERMERCISH, Pierre. **L'analyse de la singularité de l'action**, Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
38. THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement**, Paris: La Découverte, 2006.
39. THÉVENOT, Laurent. L'action en plan. **Sociologie du Travail**, v. XXXVII, n. 3, p. 411-434, 1995.
40. THÉVENOT, Laurent. L'action qui convient. *In*: PHARO, Patrick, QUÉRÉ, Louis (éd.). **Les formes de l'action**, Paris: Ed. de l'EHESS, p. 39-69, 1990.
41. THÉVENOT, Laurent. Les investissements de forme. *In*: THEVENOT, Laurent (ed.). **Conventions économiques**, Paris: PUF (Cahiers de Centre d'Étude de l'Emploi), p. 21-71, 1986.
42. THÉVENOT, Laurent. Les justifications du service public peuvent-elles contenir le marché ?. *In*: LYON-CAEN, Antoine, CHAMPEIL-DESPLAT, Véronique (dir.). **Services publics et droits fondamentaux dans la construction européenne**, Paris, Dalloz, p. 127-143, 2001.
43. THÉVENOT, Laurent. The plurality of cognitive formats and engagements: moving between the familiar and the public. **European Journal of Social Theory**, v. 10, n. 3, p. 413-427, 2007.
44. THÉVENOT, Laurent. Voicing concern and difference. From public spaces to common places. **European Journal of Cultural and Political Sociology**, v.1, n. 1, p. 7-34, 2014.
45. WEID, Olivia von der. A « janela da expressão »: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira. **Anuário Antropológico**, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/22942>. Acesso em: 04 out. 2022.
46. WEID, Olivia von der. O corpo estendido de cegos: cognição, ambiente, acoplamentos. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 935-960, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/jPzQgsR7MZjVMcq78jWsvbk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2022.

José Manuel Resende

Professor Catedrático da Universidade de Évora. Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7233-2237>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: josemenator@gmail.com

José Maria Carvalho

Professor Assistente Convidado na Universidade de Évora. Doutorando em Sociologia na Universidade de Évora. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1479-2155>. Colaboração: Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: carvalhoze10@hotmail.com